

Radiografia da crise

A demissão do ministro Gustavo Krause pelo menos terá servido para alertar as classes dirigentes brasileiras para a gravidade da situação. A crise não está na presença do sr. Itamar Franco na Presidência da República. Ela é estrutural. A eleição e sucessiva renúncia do sr. Jânio Quadros foram, em 1960/61, o prenúncio do que viria depois. Os jornais de ontem traziam dois exemplos ilustrativos da gravidade da crise. Um deles é a frase atribuída ao deputado Aloizio Mercadante (PT-SP): "Nos últimos 10 anos, tivemos oito planos de estabilização, cinco congelamentos, quatro trocas de moeda, 15 políticas salariais e 54 formas de controle de preços..." O outro foi publicado por nós: de 64 até agora (28 anos e nove meses), o Brasil teve 12 ministros da Fazenda! Praticamente, um ministro a cada dois anos e cinco meses! Será isso ou não claro indício de crise grave no plano institucional?

A crise provocada pela renúncia do sr. Jânio Quadros teve a duração de 12 dias. O presidente Collor de Mello foi afastado em 2 de outubro e até agora não há certeza de que seu julgamento ocorra em 22 de dezembro. É importante saber que nem mesmo o período militar esteve isento de crises que abalaram a Presidência da República. A instituição presidencial sofreu seu mais duro golpe quando, para afastar o presidente Collor de Mello, foi necessário improvisar uma lei de processo na Câmara e, para

julgá-lo, elaborar procedimentos ad hoc no Senado. A crise, neste particular, não reside apenas na fragilidade da Presidência da República; atinge por igual o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, que, a fim de dar satisfação ao grande movimento das ruas em favor da moralidade administrativa (que cessou quando o presidente Collor de Mello foi afastado), procederam ao arpejo do bom Direitô. Será isso ou não claro indício de um grave descompasso no plano institucional?

Esses são os aspectos mais gritantes. A pergunta-chave que se deve fazer hoje é simples: quem de fato governa o Brasil, neste sentido de estabelecer normas que permitam ao País participar de maneira soberana no grande processo de globalização da economia e de acumulação do capital, em escala nacional e internacional? Seguramente, não é o Executivo, a Presidência, que de dois em dois anos e meio troca de ministro da Fazenda. Muito menos o Congresso Nacional, inteiramente alheio aos grandes problemas nacionais, que abriga luminas do conhecimento e da inteligência capazes de atribuir ao projeto neoliberal da sra. Margaret Thatcher a criação da Comunidade Européia, especialmente o Tratado de Maastricht. Quando o presidente Collor de Mello reuniu o Conselho da



República para discutir a crise do Estado e a necessidade da reforma fiscal, um conselheiro disse que, se desejasse, o Congresso poderia votar o mais relevante assunto em algumas horas. Assim tem sido e assim é; o que indica que o Congresso Nacional não tem interesse algum em votar projetos de lei que permitam ao País cumprir sua trajetória rumo a um destino que seja diferente do Terceiro

Mundo ou do Quarto. Hoje, o Congresso está em período extraordinário de sessões para votar até o fim do ano o Orçamento da União! O problema da modernização dos portos parece, para muitos senadores (inclusive do governo), assunto do interesse de meia dúzia de empresários lúbricos, que querem exportar, exportar, exportar... e por isso mesmo devem pagar aos que controlam o *waterfront* o preço da perda de alguns privilégios. No Senado, o corporativismo da zona portuária encontrou grandes defensores, que não se envergonharam de fazer dos que nela trabalham uma categoria à parte no proletariado nacional, pois têm estabilidade garantida, conforme emenda do senador Mário Covas aprovada em Comissão. Votada um dia depois de ter-se aprovado emenda do senador Mansueto de Lavor, que cria novos privilégios, inclusive de aposentadoria... A classe política, que

reúne membros que votaram o afastamento do presidente Collor de Mello para não perder eleições municipais, tivessem ou não negociado o apoio ao chefe do governo antes da votação, ela, em sua maioria, pouco se dá com as conseqüências daquilo que faz. Legisla, pensando em sua reeleição, não no Brasil. Não discutimos se o projeto que a classe política, por sua maioria, deseja ver realizado no Brasil é liberal, corporativo, autoritário, o que seja. Espanta-nos verificar que ela reside na Lua, não mais na Ilha da Fantasia, e faz as leis do momento, sob a pressão de quem saiba falar mais fluentemente e melhor agradar às galerias e condenar a ganância dos empresários. Que talvez gostem de ser tratados dessa maneira... Isso é ou não sintoma de um grave descompasso entre a representação e a Nação? Esse descompasso não significa uma grave crise institucional? Pensadas as coisas, malgrado tenha enormes responsabilidades, o presidente Itamar Franco hoje pode fazer pouco, depois de inventar o "governo congressional". Seu limite de atuação é o interesse de alguns poucos no Congresso, que tem pelos interesses do Brasil o apreço que se pode ver pela demora colocada na votação da reforma fiscal, que, para as lideranças mais em evidência, era essencial para a reforma do Estado e a queda da inflação.

As instituições, afinal, estão em frangalhos, ou são firmes como a rocha?